

Análise discursiva d'Os *Maias* de Eça de Queirós. Uma proposta de abordagem pragmática

Paulo Osório¹

0. Este texto recupera um outro da nossa autoria, em que, com o mesmo *corpus*, tratámos a configuração linguístico-discursiva do “desacordo” n'Os *Maias* de Eça de Queirós. Agora, retomam-se algumas questões sobre o “desacordo” não a floradas com tanto pormenor no referido artigo² e acrescentam-se algumas apreciações, de todo inéditas, sobre o comportamento linguístico-discursivo da expressão do “acordo”.

1. “Desacordo”

Um dos aspectos que o *corpus* nos oferece, parece ser a existência de um “desacordo por cortesia / modéstia”. Quando a alguém é feito um elogio e esse alguém nega a qualidade elogiada, será isso um tipo de “desacordo”? Será que se pode chamar “desacordo por cortesia” ou “desacordo por modéstia”? Partindo do princípio que a resposta a esta pergunta é afirmativa, encontraremos alguns exemplos n'Os *Maias*.

Vilaça louva Afonso da Maia por mudar de hábitos para acompanhar a educação do neto. A modéstia deste manifesta-se sob a forma exclamativa «Tolice!», logo seguida da negação «Não é isso». A repetição da justificação para a negação do elogio afirma o “desacordo” e salvaguarda a sua face positiva. O mesmo se passa entre o Marquês e D. Diogo; a saúde de D. Diogo é tema de conversa e o Marquês elogia-a dizendo que ele era de ferro. O “desacordo por modéstia” só se nota na repetição de «enferrujadote», adjectivo, que pelo seu semantismo, contradiz a ideia expressa pelo Marquês, embora o seu interior rejubilasse com o elogio feito: é para isso que remetem as palavras do narrador «replicou o outro, sorrindo e desvanecido». Nesta personagem, o “desacordo” foi motivado por modéstia, mas na fala seguinte do Marquês, o “desacordo” justifica-se por uma atitude de cortesia. O Marquês não quer, nem pode concordar com

o adjectivo «enferrujadote», por isso, nega-o pela exclamação «Qual enferrujadote!». A justificação é necessária e é expressa sob a forma de hipótese através de uma condicional «se fosse cavalo ou mulher (...)». Depois desta hipótese, procede-se à asserção de uma realidade negativa: «Já não há homens da sua tèmpera». O trabalho de figuração aqui presente permite, neste momento, um “acordo” por parte de Dioguinho, sem pôr em causa a sua face positiva. Ao anterior argumento «já não há homens», acrescenta um argumento co-orientado intensificador: «já não há nada».

A esta modalidade de “desacordo por modéstia” junta-se uma outra modalidade de “desacordo por cortesia”: Alencar acompanha Carlos até casa deste; pelo caminho relembra o passado. Alencar ajudara muitos, que agora em altos cargos sociais, o ignoram. Numa atitude de cortesia e para salvaguardar a face positiva de Alencar, Carlos «com amizade», diz: «isso são imaginações». Instaura-se, deste modo, o “desacordo” motivado pela cortesia e pelo desejo de evitar o sofrimento de Alencar. Esta asserção é afastada na resposta do poeta através de um marcador de refutação que é a negação: «Não são, Carlos». Na argumentação, que justifica essa negação, impera a negação com repetição.

Por vezes, uma pergunta formulada no decorrer do diálogo pode lançar o “desacordo” na temática da conversa. É isso que parece pretender a pergunta de Carlos dirigida ao Sr. Vicente. E esta pergunta, sobretudo por ser iniciada pelo conector «mas», é uma refutação ao anterior discurso do Sr. Vicente e motiva uma reflexão. Este possível “desacordo” não tem sequência, dado que uma das partes não está interessada em continuar tal discussão.

Em outros casos, basta uma asserção diferente de outra para iniciar o “desacordo”. Veja-se, a este propósito, duas asserções

diferentes trocadas entre Vilaça e D. Diogo: «ali há ambição», «ali há mulher». São duas asserções paralelas mas diferentes, que podem originar a exposição dos argumentos indicadores de “desacordo”... «mas não»... Não passa de um “possível desacordo”.

2. “Acordo”

Como se detecta o “acordo”? Alguns exemplos n’*Os Maias* permitem-nos concluir que uma das maneiras é através da afirmação, por uma personagem, da ideia expressa pela outra personagem. Por vezes, não é a mera afirmação, mas a intensificação com argumentos co-orientados da ideia expressa pela outra personagem.

Vejamos um exemplo, numa troca de opiniões entre Vilaça e Afonso da Maia, a propósito do local do escritório e laboratório de Carlos. Para Vilaça, um devia estar separado do outro, opinião esta que é defendida por um argumento apresentado. Afonso concorda. Como? Através de uma asserção acompanhada de vocativo: «Tem razão, Vilaça!». Este consentimento é, ainda, reforçado pela evocação de um ditado popular. Perante o “acordo” de Afonso, Vilaça sente-se seguro para afirmar, novamente, a ideia anteriormente expressa e fá-lo através da repetição: «Separados. Separados, meu senhor».

O “acordo”, indicado pela afirmação da ideia da outra personagem, encontra outro exemplo na fala de Dâmaso: «Ah, lá isso influência tem». Ega afirmara que o tio de Dâmaso era um importante membro do governo de França, ao que, Dâmaso, movido pela vaidade e pelo desejo de impressionar Carlos, dá o seu “acordo”, intensificando a ideia, através da escala de argumentos co-orientados numa progressiva intensificação. O último é introduzido pela conclusiva «enfim!... É tudo quanto ele queira». Os elementos contidos nesta escala argumentativa tendiam para a conclusão pretendida desde o início (*o meu tio é importante*).

O “acordo pelo reforço da ideia” está também patente num pequeno diálogo entre Carlos e Craft. A afirmação «Que tolice!» feita por Carlos é reforçada por Craft ao utilizar o advérbio de quantidade “mais”: «É

mais que tolice!». Define-se numa escala argumentativa que logo impõe a sua conclusão: «é uma falta de senso moral».

O “acordo” ainda se manifesta pelo completar da ideia expressa e logo a seguir intensificá-la numa escala argumentativa gradativa. Veja-se o diálogo entre Carlos e Cohen. Carlos afirma, em discurso indirecto livre, que o país caminhava para a bancarrota; Cohen continua esta ideia dando mais uma informação: «num galopezinho muito seguro e muito direito». Ora, se Cohen acrescenta esta ideia complementar é porque, efectivamente, concorda com a afirmação de Carlos. O “acordo” reconhecido, desde logo, por esta indicação, tem ainda expressão nos argumentos apresentados numa escala gradativa: «ninguém tem ilusões! Í nem os próprios ministros da Fazenda! Í bancarrota é tão certa que seria mesmo fácil fazer falir o país». A oração subordinada consecutiva traz a conclusão pretendida por esta escala argumentativa.

Numa conversa entre Alencar e Carlos surge a expressão do “acordo”: «Lisboa era bem mais divertida». Carlos formula esta afirmação logo completada por uma outra de Alencar que pretende reafirmar a mesma ideia «Era outra coisa, meu Carlos!». O “acordo” notado pela ausência de elementos refutativos, continua pela explicação desta afirmação, onde se nota uma série de argumentos seguidos do conector “mas”, um “mas – PA”, nitidamente contra-argumentativo: *Lisboa não tinha filosofia mas tinha coração*, estando Alencar de acordo com todos os que afirmam e desenhando-se um esquema sintáctico de “não A, mas B”. Há a aceitação de uma intervenção, seguida de arguição, que visa corroborar a ideia primitivamente exposta por Carlos.

No *corpus* em análise, podemos encontrar um “acordo por cortesia”. No quotidiano, nas nossas conversas, somos, por vezes, levados a concordar com outras pessoas, porque não queremos contradizê-las, apesar da nossa opinião ser diferente da delas. Será isto o “acordo por cortesia”? No fundo é um “acordo sem convicção” que, em última análise, redundaria em “desacordo”. É possível encontrar alguns destes exemplos n’*Os Maias*.

Vilaça contra-argumenta à D. Ana que Carlos é esperto: «Mas é muito esperto», desenhando-se, sintacticamente, um “mas – PA”. D. Ana não querendo ferir a família e motivada pela cortesia, concorda sem muita convicção, o que é patente pelo uso do modal “ser possível”. A informação do narrador «respondeu secamente a inteligente Silveira» confirma esta expressão de “acordo por cortesia”.

Será que a submissão de uma criança ao seu educador é uma manifestação de “acordo”? Será que se pode confundir “acordo” com “obediência”? Será a obediência uma manifestação particular de “acordo”? É que num exemplo do *corpus*, Carlos, ainda pequeno, concorda com o avô: «Está bem, vovô, não te zangues». A asserção “está bem” manifesta o “acordo” logo seguida de uma explicação: «Esperarei para quando for grande». As afirmações contidas nestas asserções são motivadas pela obediência à autoridade, pelo desnível de autoridade, provocado pela idade e grau de parentesco. O avô, encarregado de educação, alertou o seu neto para uma regra, que ele facilmente aceitou, dando a sua concordância.

3. Se o “desacordo” pode ser considerado um “acto violento” que fere a face positiva do alocutário, tem de ter uma parte onde são expostos os argumentos destinados a atenuar a carga negativa do “desacordo”. O “acordo” não terá, efectivamente, este problema de faces, excepto quando se trata do “acordo por cortesia”. O “acordo” é uma sequência discursiva mais preferível, porque não envolve um ataque à face positiva do alocutário. Todavia deve, também, envolver um trabalho de figuração que será necessário estudar, noutras oportunidades, sob o ponto de vista da Pragmática Linguística. Assim, Roulet (1980: 217) afirma que

Todo o indivíduo se debate em sociedade entre duas necessidades: defender o território do eu e estabelecer um entendimento social com os outros. Estas necessidades são difíceis de conciliar, pois estabelecer o entendimento social obriga o indivíduo a renunciar a certas barreiras abrindo assim as portas à invasão territorial.

Bibliografia

Austin, J. L., *How to Do Things with Words*, Oxford, Oxford University Press, 1986.

Casanova, Isabel, *Actos Illocutórios Directivos. A Força do Poder ou o Poder da Persuasão*, Lisboa, Faculdade de Letras, 1989. (Dissertação de Doutoramento).

Osório, Paulo, «Análise discursiva da expressão do “desacordo” n`*Os Maias* de Eça de Queirós», in *Actas do XV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, vol. II, Braga, Associação Portuguesa de Linguística, 2000, pp. 117-124.

Pottier, B., *Théorie et Analyse en Linguistique*, Paris, 1992.

Queirós, Eça de, *Os Maias*, Lisboa, Livros do Brasil, s/d.

Roulet, Eddy, «Modalité et illocution. “Pouvoir” et “Devoir” dans les actes de permission et de requête», in *Communications*, 32, 216-239.

¹ Universidade da Beira Interior / Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa.

² Vide bibliografia final.